

Lima Barreto

Numa e a ninfa

Prefácio de
JOÃO RIBEIRO

Apresentação e notas de
ANTONIO ARNONI PRADO



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright da apresentação © 2017 by Antonio Arnoni Prado

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or

Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with

Penguin Group (USA) Inc.

PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA

Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO

Fernanda Alvares

REVISÃO

Ana Maria Barbosa

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barreto, Lima, 1881-1922

Numa e a ninfa / Lima Barreto; prefácio de João Ribeiro ;
apresentação e notas de Antonio Arnoni Prado — 1ª ed. — São
Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

ISBN 978-85-8285-053-4

1. Romance brasileiro I. Ribeiro, João. II. Prado, Antonio
Arnoni. III. Título.

17-05088

CDD-869.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Romance: Literatura brasileira 869.3

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

www.penguincompanhia.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

Sumário

Prefácio — João Ribeiro	7
Apresentação — Antonio Arnoni Prado	13
Nota sobre o texto	33
 NUMA E A NINFA	 37
 <i>Notas</i>	 253
<i>Cronologia</i>	279
<i>Sugestões de leitura</i>	283

Numa e a ninfa

A Irineu Marinho

Cette nation (l’Egypte) grave et sérieuse connut d’abord la vraie fin de la politique, qui est de rendre la vie commode et les peuples heureux.

BOSSUET

“... que uma divindade o tinha julgado digno de sua aliança; e, esposo da ninfa Egéria, cumulado dos dons do seu amor, tornara-se, passando os dias junto dela, um homem feliz e sábio no conhecimento das cousas divinas.”

PLUTARCO, *Vida de Numa*

O grande debate que provocara na Câmara o projeto de formação de um novo Estado na Federação Nacional apaixonou não só a opinião pública, mas também (é extraordinário!) os profissionais da política.

Em torno do projeto, interesses de toda a ordem gravitavam. Um grande número de cargos políticos e administrativos iam ser criados; e, se bem que a passagem do projeto de lei não fosse para já, os chefes, chefetes, subchefes, ajudantes, capatazes políticos se agitavam e pediam, e desejavam, e sonhavam com este e aquele lugar para este ou aquele dos seus apaniguados.

De resto, além desse resultado palpável do projeto, havia nele outro alcance que só os profissionais da política entreviam. Com a criação de um novo Estado nasceria naturalmente uma nova bancada da representação nacional no Senado e na Câmara; e o partido dominante, republicano radical, temia não eleger a totalidade dela.

Bastos, o seu poderoso e temido chefe, que detinha o domínio político do país, hesitava em apoiar ou contrariar francamente o projeto; e, a respeito, só tinha frases vagas e gestos de duvidoso sentido. Os seus asseclas, os muitos que lhe obedeciam cegamente, sem a palavra dada, não sabiam o que dizer; e os mais atarantados eram os seus jornalistas e parlamentares. Uns, apoiavam; outros, combatiam; outros ainda, ora apoiavam, ora combatiam.

Essa desordem nos arraiais políticos, essa interrupção do trilho guiador, excitava os ânimos dos legisladores, preocupados todos, quer combatessem, quer apoiassem, em agradar o chefe e revelar que haviam descoberto o pensamento oculto de Bastos — porque o Congresso era todo deste, a não ser uma reduzida minoria que, no afã de combatê-lo, ora dizia não, ora sim, conforme supunha que Bastos queria ou não a criação da nova unidade federal.

Deputados houve que cortaram as relações amistosas, tão somente porque, no calor da discussão, um aparte mais veemente um deles proferira, quase sem reflexão.

Dizia-se à boca pequena que o projeto tinha por fim acrescer a representação federal de jeito que, na próxima legislatura, tivesse o Congresso os dous terços necessários para rejeitar o “veto” ao projeto de venda de um dos mais importantes próprios nacionais. Cochichavam que tal influência receberia tanto; que tal outro já havia recebido metade da gratificação prometida; que a esposa de um diplomata também tinha interesse no negócio, além de apontarem outros padrinhos, já conhecidos por todos, como protetores de tais cambalachos.

Ao certo, o que havia em torno da proposição parlamentar, o grosso público não sabia; e que ela podia trazer no bojo tudo o que se dizia, era admissível. A imitação do regímen político dos Estados Unidos não ficou restrita à Constituição; aos poucos, como consequência ou não, conscientemente ou sem pensamento anterior, a imitação se estendeu aos seus escusos processos de traficâncias em votos e medidas de governo.

A massa da população interessava-se pelo debate, pesava argumentos, sem suspeitar que tanto esforço de inteligência escondesse uma vulgar mascateação ou um arranjo de políticos.

Fosse a importância do assunto ou fossem os interesses subalternos em jogo, o certo é que ocuparam a tribuna os mais mudos deputados e os mais céticos foram

ainda encontrar, no fundo deles mesmos, ardor e vigor combativos.

Entre as revelações parlamentares que surgiam no momento, uma causou espanto. Era quase desconhecida da Câmara e completamente do público, a existência do deputado Numa Pompílio de Castro.

Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador, os próprios contínuos não lhe guardaram com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Durante muito tempo, chamaram-no Nuno; e, nos primeiros meses de seu mandato, frequentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrara na véspera. Reconhecido e empossado, não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura. Passou todos esses longos meses a dormir na sua bancada, pouco conversando, enigmático, votando automaticamente com o *leader* e designado pelos informados como — “o genro do Cogominho”. Era o deputado ideal; já se sabia de antemão a sua opinião, o seu voto, e a sua presença nas sessões era fatal. Se na passagem de algum projeto, anteviam dificuldades na obtenção da maioria, contavam logo com o voto do “genro do Cogominho”. Ele vota conosco, diziam os cabalistas, a questão é saber que o Bastos quer e o *leader* manda.

A sua colaboração, por esse tempo, para a felicidade nacional, se não foi fecunda, foi das mais tácitas de que se há notícia.

O deputado Pieterzoon, um gordo descendente de holandês, mas cuja malícia não tinha nem o peso do seu corpo, nem o da sua raça, disse certa vez: — O Numa ainda não ouviu a ninfa; quando o fizer — ai de nós!

O deputado Salvador, que ouviu a frase indagou: — Ele é fauno? O homenzinho tinha visto um quadro — *Ninfas e faunos* — e não havia meio de se separar na sua inteligência uma cousa da outra. Pieterzoon redarguiu:

— Não sei, meu caro, mesmo porque não se está bem certo de que os faunos fossem mudos.

Foi, portanto, com extraordinária surpresa que se viu o deputado Numa tomar a palavra e fazer um discurso valioso. Parecia um milagre ver aquele sujeito tão mudo, tão esquivo, tão aparentemente sem ideias, lidar com as palavras, organizá-las convenientemente, exprimindo-se com bastante lógica.

A sua argumentação foi até das mais perfeitas e eruditas, sem que a erudição perturbasse a concatenação, a seriação lógica da tese a demonstrar. Mostrou que a nossa Federação não atendia as tradições locais de costumes, de língua ou de história; que não foram pequenos países que se uniram por ter um liame comum; mas tão somente um imenso país que se dividiu e procurou com uma mais ampla autonomia local, perfeição administrativa; e, assim sendo, não se compreendia nem o “patriotismo estadual” nem a existência de desmedidos Estados, verdadeiros impérios.

Os representantes dos jornais, não contando com tão inesperada revelação, denunciaram o entusiasmo com calorosos elogios publicados nas suas folhas, ao dia seguinte.

Dizia *A Aurora*: “O debate sobre a formação do Estado de Guaxupé (projeto nº 224-A), se outro serviço não prestou, pelo menos teve a vantagem de ter revelado ao país um poderoso orador. O sr. Numa Pompílio, até agora considerado como uma perfeita excrescência parlamentar, produziu ontem um discurso cheio de critério, em que se notam saber, elegância e propriedade de frase”.

Na secção competente *O Intransigente* noticiava: “Ontem, na Câmara, naquele indecente valhacouto de caixeiros de oligarcas abandonados, houve novidade. O sr. Numa de Castro, que até ao dia de ontem era tido por idiota, revelou-se um orador. É verdade que não pode emparelhar-se com os grandes oradores da Câmara. Faltam-lhe imagens, o seu vocabulário é pobre, a sua construção é rasteira; fala como conversa, quase terra a terra, sem as

imagens que tanto tornam notável o sr. Gracimundo Rocha. O seu discurso foi ouvido no maior silêncio e impressionou francamente a Câmara. Ainda bem que isso lhe desculpa um pouco o ser associado à deslavada oligarquia dos Cogominhos”.

Um outro jornal, que se tinha por neutro, e aqui e ali, encontravam-se nele opiniões bem firmadas, contava a estreia da seguinte forma: “O sr. Numa Cogominho parece ter esperado o momento azado de revelar-se. Até agora, depois de ter entrado para a Câmara, os trabalhos parlamentares têm se limitado a discussões corriqueiras de projetos pessoais, de questiúnculas políticas e mesmo do estafado orçamento. A sua cultura histórica e o seu saber sociológico pediam outros pretextos para se revelarem. Ontem, eles foram encontrados na discussão do projeto nº 224-A. Toda a gente sabe de que cuida esse projeto, mas o que toda a gente não supôs era de que maneira elegante e sábia, ao mesmo tempo, ele podia ser tratado. O sr. Numa fez isso e com muita discrição oratória, poucos tropos, sem guirlandas de frases. É simples a sua maneira de falar, calma e sóbria, sem nada daquilo que os latinos chamavam asiático. Pode-se dizer dela o que já se disse do estilo de Descartes: ‘Il n’a que des idées et pas de style visible’”.

Antes que acabasse a semana, as revistas ilustradas — *Os Sucessos* — *A Nota* — *O Mequetrefe* — publicaram o retrato da nova glória parlamentar e a primeira, a sua biografia desenvolvida. A repercussão do triunfo foi tal que, quando, dias após, o dr. Numa atravessou a rua do Ouvidor, trazendo ao lado a mulher, era já uma notabilidade apontada e gloriosa. Aquela gente que a enche, gente habituada a respeitar as glórias retratadas nas revistas ilustradas e gabadas diariamente nos quotidianos, reconheceu-o e olhou-o com o alto respeito que se deve a um grande orador parlamentar.

Numa caminhava acanhado, de cabeça baixa, trôpego um tanto, mas a mulher, d. Edgarda, pisava com segu-

rança, muito naturalmente, e com a fisionomia cheia de alegria contida.

Esforçava-se por não perder o que diziam; e, ao menor comentário feito à glória do marido, procurava de soslaio ver no grupo de quem partia. Os seus olhos, ao chegar aos cantos das órbitas, fulguravam um instante e rapidamente se punham na posição normal. Se parava para falar a um conhecido, a alegria contida arrebentava em demorados sorrisos e frases meigas, dirigidas às amigas ou aos filhos destas, se as acompanhavam; e nunca o seu longo olhar foi tão longo e tão líquido e nunca brilhou tanto o esmalte de seus dentes na concha nacarada de seus lábios.

Desceram assim os dous lentamente a rua, parando aqui e ali, gozando aos goles o licor inebriante do triunfo. Cumprimentos não faltavam. Numa era detido por este e aquele, mas, dos muitos que o cumprimentaram, um ele apreciou sobremodo. As palavras do Inácio Costa foram-lhe ao imo d'alma. A mulher não as ouvira bem, ficara atendendo outro conhecimento e Costa passara a dizer:

— Meu caro dr. Numa, gostei imensamente do seu discurso. Para mim, achei nas suas palavras um bálsamo tranquilizador e patriótico. Estávamos voltando muito ao carrancismo egoísta dos conselheiros monárquicos. Os princípios republicanos estavam sendo esquecidos. Precisamos sempre reavivá-los. Ao mais digno! — é o meu pensamento.

Esse Costa era funcionário público e fora da Escola Militar, donde trouxera umas fórmulas positivistas e uma forte crença nos efeitos milagrosos da palavra república. Havia no seu feitio mental uma grande incapacidade para a crítica, para a comparação e fazia depender a toda a felicidade da população em uma simples modificação na forma de transmissão da chefia do Estado. Passara pelos jacobinos florianistas e tinha a intolerância que os caracteriza, e a ferocidade política que os celebrizou.

Feroz e intolerante, com o apoio do positivismo autori-

tário, a sua concepção de governo se consubstanciava na ditadura e daí resvalava para o despotismo militar. Não se dirá que não fosse sincero; ele o era, embora houvesse nos seus intuítos, alguma mescla de interesse de melhoria na sua situação burocrática.

Julgava-se com a certeza; e, firmado na ciência, pois tirava toda a sua argumentação do positivismo, todo ele baseado na ciência e consequência dela, principalmente da matemática, condenava os adversários à fogueira.

Escusado é dizer que pouco sabia de matemática e falava por fé. Era um crente que tinha a revelação da certeza política.

Numa prezou muito a sua opinião por dous motivos: Costa escrevia nos jornais e era ouvido com atenção pelo poderoso chefe Bastos.

Esta última razão era por demais ponderável, porque Bastos tinha o mesmo feitio mental de Costa; e julgava imprescindível a manutenção da República, necessária à integração do Brasil no régimen político da América. Não se atina bem porque seja isso necessário, pois é perfeitamente sabido que, antes de nós, os argentinos, nos quais essa espécie de gente encontra modelo, quizeram lá implantar a forma monárquica.

Costa e Bastos eram crentes, fanáticos com a mania da catequese de qualquer jeito e não discutiam a sua fé.

Numa viu nas palavras de Costa a aprovação do grande chefe — o que consolidava o discreto elogio que este último lhe fizera: — “Sr. Numa, o senhor é um republicano!...”.

Numa Pompílio de Castro, a recente glória da tribuna política nacional, cuja biografia ocupou quatro páginas da *Os Sucessos*, não tinha história nem interessante nem longa. Filho de um pequeno empregado de um hospital do Norte, fizera-se bacharel em direito, à custa das maiores privações. Logo menino, não lhe solicitaram os lados extraordinários da vida. Embora humilde não foram as cumeadas da vida que ele viu. Viu a formatura, o dou-

torado isto é, ser um dos brâmanes privilegiados, dominando sem grande luta e provas de valor, pois, com ele, afastava uma grande parte dos concorrentes.

O filho do escriturário, desprezado pelos doutores, percebeu logo que era preciso ser doutor fosse como fosse.

Arranjou daqui e dali os preparatórios; e, durante o curso, levou a mais miserável vida que se pode imaginar. Alimentava-se dias inteiros de café e pão, dormia em cima de jornais, mas não deixava jamais de ir às aulas, de sentar-se ao banco da música, de fazer perguntas ao lente e prestar exames.

De quando em quando, arranjava um emprego efêmero, lições e munia-se de roupa. Formou-se aos vinte e quatro anos, tendo vivido desde os dezessete sobre si.

Parecia que uma energia dessas se devesse empregar em altos intuitos; há aí, porém, uma questão de ponto de vista. No seu entender, o máximo escopo da vida era formar-se e formou-se com grande esforço e tenacidade.

Não que houvesse nele um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Todas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhe vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser a de constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens.

O jovem Numa não separava o conceito das disciplinas do da formatura; economia política, direito romano, finanças e medicina legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, o foram tão somente para fabricar bacharéis em direito. Com as outras carreiras, acontecia o mesmo.

Tal ideia pautava e regia o seu curso. Instantes depois de acabado o exame Pompílio esquecia a disciplina.

Demais, pode dizer-se que nunca vira um livro. Todo o seu curso fora feito estudando nas apostilas, cadernos

e pontos, organizados por outrem. Decorava aqueles períodos mastigados, triturados e os repetia palavra por palavra ao lente. Prevenia-se para a prova, imaginando as perguntas do professor, e organizava as respostas, citando autoridades de vários países.

Foi sempre dos primeiros estudantes e, se não foi o primeiro ao fim do curso, deveu à nota baixa que tirou em medicina legal. Vale a pena contar o caso. O lente perguntou-lhe:

— Qual a quantidade de arsênico que pode ser encontrada nas glândulas tiroídeas?

Respondeu logo:

— Dezessete gramas.

Houve um grande espanto por parte do examinador e o estudante surpreendeu-se com o espanto do lente.

Não fora a sua ignorância que o fizera dizer semelhante dislate; foram os cadernos. O primeiro estudante escrevera certo; o copista que se seguira, atrapalhara-se na vírgula dos décimos e, de copista em copista, de erro em erro, a apostila levava Numa a repetir tão imensa tolice nas bochechas dos seus sábios professores.

O seu rival no curso aproveitou a descaída e tirou o prêmio. Foi a única amargura de sua vida. Nascido pobremente, tendo passado toda a espécie de privações e necessidades, nada o fazia sofrer profundamente. Logo que se viu formado, partiu para a sua terra natal e lá andou um ano inteiro a receber homenagens, sempre estranhando que alguns de seus companheiros de colégio não o chamassem por doutor.

Vendo que nada obtinha, deixou os penates paternos e veio em busca da fortuna. Em breve tempo, graças à sua insistência junto a um dos potentados da República, Numa foi despachado promotor de uma comarca de Estado longínquo. Aos poucos, com aquele seu faro de adivinhar onde estava o vencedor — qualidade que lhe vinha não de uma sagacidade natural e própria, mas de

uma ausência total de emoção, de imaginação e orgulho inteligente — foi subindo até juiz de direito.

Durante toda a sua passagem pela magistratura, Numa adquirira fama de talento. Fundava jornais onde escrevia panegíricos aos chefes, organizava bandas de música e animava representações teatrais em pequenos teatros de fortuna.

Não representava, mas ensaiava esse pequeno repertório da roça, velhas comédias que têm o único propósito de fazer rir, e, aos poucos as grandes cidades as banem e vão refugiar-se no interior — *Os trinta botões, A senhora está dormindo, O bilontra*.

Aos atores improvisados ensinava a entonação, a gesticulação, marcava a peça melhor que o próprio autor.

Fazendo de sua vara de juiz alfanje de emir, obediente aos desígnios de Neves Cogominho, não estranharam que, eleito este presidente do Estado, Numa fosse feito chefe de polícia.

O novo presidente vivera sempre afastado do Estado, desde a proclamação da República. Sucessivamente deputado e senador, deixava-se ficar nas margens da Guanabara dominando o feudo por intermédio de delegados e prepostos.

Não conhecia bem Numa, embora o tivesse recomendado para obter a primeira nomeação; e o aceitou como chefe de polícia para satisfazer os chefes locais.

Cogominho bem sabia que esse seu afastamento do Estado não era bem-visto pelos semirrebeldes do seu domínio. Uma vez ou outra, acusavam-no pelas rubras folhas oposicionistas de ter um imenso desprezo pelo torrão natal e só lembrar-se dele para obter vantagens políticas.

No intuito de calar esse murmúrio, Cogominho fez-se eleger governador, embora fosse grande a diferença de subsídio entre aquele cargo e o de senador; e foi para Itaoca, a capital.

Não foi só; e, para mais completamente demonstrar

o seu amor à terra natal, levou para o Estado toda a família. Deixou o filho que andava pelos estudos no Rio de Janeiro; e instalou-se no palácio com a filha, uma velha tia e os fâmulos de confiança que levava. Era viúvo desde muito e a chegada da família ducal muito alegrou os itaó-quenses. As festas foram as mesmas com que se recebiam ali os governadores, a alegria foi a mesma, os discursos foram os mesmos, as boas-vindas as mesmas e a dúvida de sua estabilidade no domínio de Sepotuba foi a mesma no ânimo de Cogominho.

Numa esforçara-se muito para provar ao grande sepotubense o seu talento e a sua dedicação. Discursara ao desembarque, ao jantar, e notou com especial agrado que a filha de Cogominho não era de todo indiferente à sua oratória.

De indústria, o juiz se mantivera até então solteiro. Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida. Aproveitara sempre o seu estado civil para encarreirar-se. Ora ameaçava casar com a filha de fulano e obtinha isso; ora deixava transparecer que gostava da filha de beltrano e conseguia aquilo; e se estava chefe de polícia, devia ao fato de ter julgado o coronel Flores, poderosa influência do município de Catimbau, que Numa pretendia casar-se com a filha dele.

A presença da menina Cogominho fê-lo pensar mais alto e relembrar as suas desmedidas ambições casamenteiras. Não que ele fosse belo e galanteador, mas, perfeitamente sabia que essas cousas não são indispensáveis para um bom casamento, desde que o noivo não viesse a fazer má figura no eirado dos diplomatas e outras pessoas exigentes da representação interna e externa do Brasil.

Com toda a firmeza, com aquela firmeza que empregou para formar-se, Numa tratou de casar-se com a filha de Cogominho e não viu diante dele obstáculo algum, como aquele não vira quando tratou de casar-se com a filha do capitalista Gomes.

Edgarda era ainda bem moça, mas já tinha passado dos vinte anos e viera para Itaoca cheia de uma curiosidade constrangida. Nascida e criada no Rio, tendo vivido sempre nas rodas senatoriais e burguesas, tinha ilusões de nobreza. Acompanhava o pai com certa repugnância; ao mesmo tempo, porém, era atraída pela existência “dessas cidades” que não são o Rio. Encontrava no bacharel quem lhe informasse sobre a vida do Estado, a sua história, a sua indústria, as suas cidades; e as pedia com o espírito de uma marquesa ao intendente dos seus domínios.

Essa concepção de nobreza lhe viera da educação das irmãs de caridade e a defeituosa instrução que recebera e não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la.

Não metera em linha de conta que nobreza supõe domínio efetivo e perpetuidade na família desse domínio, garantida por privilégios, soberania, tradições de raça e sangue; e a ilusão que as irmãs lhe instilaram no espírito aos dezesseis anos, ficou-lhe sempre no subconsciente.

Como castelã, sonhara sempre casamentos excepcionais; e, a todos que lhe insinuavam, certos rejeitava por prosaicos; e outros, por serem desproporcionados. Talvez se iludisse a si mesma; talvez já tivesse achado um que era do seu amor, mas não era de sua prudência. A castelã mais uma vez se fizera burguesinha...

Nunca supôs que aquele bacharel esguio, amarelado, cabelos duros, com um grande queixo, vestido com um apuro exagerado de provinciano, premeditasse casar-se com ela; mas, o ócio provinciano, a falta de galanteadores passáveis, a vontade de matar o tédio, fizeram-na esquecer a artificial representação que tinha de si mesma e aceitou as homenagens do chefe de polícia de seu pai.

O governador via com bons olhos a aproximação dos dous e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil à sua política.

Conhecendo a fama do rapaz no Estado, a sua influência, o seu atrevimento, o seu despudor em fazer do seu

cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os adversários, Cogominho percebeu bem que era melhor tê-lo por aliado, antes que se unisse a Flores, quase sempre disposto a não lhe obedecer totalmente.

Era bom separar um do outro para que ambos mais tarde não lhe dessem que fazer e mesmo o “tombo”. A desfaçatez judiciária de Numa dava medida do que ele seria capaz de fazer quando o solicitassem grandes ambições e tivesse o apoio familiar de Flores.

O processo da “Boa Vista” indicava bem a alma do seu chefe de polícia. Flores, o coronel, por uma questão de gado, invadiu certa vez a estância do rival, matando-lhe filhas, filhos e criados e deixando que a horda que o acompanhava saqueasse casas, moinhos, currais e estrebaria. Até portas trouxeram.

Devido à celeuma que o caso levantou no Rio, houve processo e Numa, apesar das testemunhas, apesar de todas as provas, despronunciou Flores e seus sequazes.

Como esta, eram muitas as causas em que o juiz se fizera criatura do caudilho e o seu casamento com a filha deste dar-lhe-ia uma força extraordinária na política do Estado. O braço juntar-se-ia à cabeça...

Pouco depois de eleito deputado estadual, Numa Pompílio de Castro casara-se com a filha de Neves Cogominho sem surpresa para ninguém, nem mesmo para Flores, que apadrinhara o antigo chefe de polícia.

Quando se fizeram as eleições federais, o genro do presidente foi feito deputado federal e, como tal, partiu para o Rio, apressado em tomar assento na Câmara Federal.

Tinha poucas relações e o seu desembarque não foi concorrido como era o do seu sogro. Contudo, alguns conhecimentos da mulher vieram, entre os quais um primo de que ele tinha notícia como extravagante de marca. Numa, então, conheceu-o; tratou-o com a polida severidade de suas virtudes judiciárias e admirou-se da satis-

fação com que sua mulher o acolheu e do olhar doce e curioso com que o cobriu todo.

Neves Cogominho ficou em Itaoca acabando o mandato de presidente; e, durante o primeiro ano, o genro foi fazendo com cautela a sua iniciação de deputado e de bacharel bem-casado. Não faltava às sessões, conversava pouco, não adiantava opiniões e guardava de cor as de Bastos, a cuja casa não deixava de ir em obediência às recomendações do sogro.

Não se demorava na rua, mas pouco conversava com a mulher; mas dava os passeios e fazia as visitas de circunstância.

A vida de ambos era, entretanto, plácida como a de um velho casal.

A mulher lia, lia muito e ele, a princípio, admirou-se muito com aquela leitura.

Para que? Não sabia bem que prazer pudesse ela encontrar nos livros com os quais só lidou por obrigação... Nada disse, no entanto; ambos se entenderam e ele mesmo, as mais das vezes, se prontificou a trazer este ou aquele volume.

Os observadores que o viam entrar nas livrarias, adquirir livros e revistas, começaram a estimá-lo como estudioso e homem de bom gosto. No fim de poucos meses, era conhecido dos caixeiros e o deputado Numa Pompílio de Castro continuava a ser obscuro, os diários não falavam nele e, quando mesmo aparecia nas festas as secções mundanas dos jornais não lhe davam o nome.

A mulher em que o casamento já começava a pesar, aborrecia-se com esta obscuridade. Não o amara, não o supunha inteligente, mas havia não sei que de organizado nele, de médio, de segurança de processo, que esperou sempre que a política o fizesse pelo menos conhecido; mas, assim, não o queria e o seu enlace era um desastre sem desculpa aos seus olhos.

Esperava-o na Câmara bulhento, discutindo e ele vi-

via calado; esperava-o atacado pelos jornais da oposição e eles não diziam nada; esperava-o conhecido de todos e ninguém o conhecia, até mesmo as suas amigas. Ainda há dias, a Hortênsia não lhe tinha perguntado: “Edgarda, teu marido é deputado?”. Precisava animá-lo; fazia-se mister isso.

De volta do enterro de uma parenta, a mulher de Numa vinha satisfeita. Nem sempre isso acontece, mas muitas vezes se dá, apesar de nós. Não se colhem bem os motivos, as razões profundas de se ter passado de uma emoção à contrária, o certo é que se tem como que um alívio n’alma, a impressão que se diminuíram os nossos pecados; ficamos melhor diante de nós mesmos, mais de acordo com o Deus e com o Mistério.

Ficara Edgarda até ao saimento, voltara e jantara muito contente com o marido e o primo Benevenuto, que raras vezes os visitava. A tarde passaram excepcionalmente comunicativos; e, muito ternos, marido e mulher, recolheram-se à hora do costume.

O dia amanheceu lindo, transparente, tranquilo; e os galos se esqueceram das horas e foram cantando pela manhã em fora. As alturas destacavam-se na tela fina do azul infinito; o Corcovado curvava-se curioso sobre a casa em que habitavam e as janelas tiveram pressa em se abrir.

Numa conservava os seus hábitos de estudante. Erguia-se da cama cedo, tomava banho e cedo procurava o café e os jornais. A mulher que se demorava mais no leito, naquele dia acompanhara o marido. Ela ainda tomava café, quando já o esposo lia os jornais.

O deputado buscava imediatamente o que, nas folhas, se dizia dos debates, os comentários, os artigos de fundo; e, ao ler um dos jornais, não pôde deixar de dizer à mulher:

- Que elogio ao Caldas!
- Que Caldas? O Eduardo?
- Sim.
- E que fez ele?

— Um discurso ontem.

A mulher serviu-se novamente de café, açucarou-o bem, arrepanhou o roupão que lhe ia deixando muito à mostra o peito rosado, e disse:

— Você porque não faz um, também?

Sem deixar o jornal, Numa atendeu, sacudindo os ombros:

— Ora!

Edgarda, depois de levar a xícara aos lábios, sorver um gole e descansá-la, observou:

— É preciso aparecer, Numa!

Com preguiça e mansidão, o marido objetou:

— Para que, Edgarda? Para que? Há lá tanta gente inteligente que não preciso incomodar-me.

— Eu — fez ela — se estivesse no caso de você, por isso mesmo é que me incomodava. Você tem vergonha?

— Não, ao contrário; sou até desembaraçado, mas... mas... preciso estudar.

— Pois então estude! Que dificuldade há? Você porque não experimenta? Não se discute a tal questão do novo Estado?

— Discute-se.

— Porque você não fala?

— É... É... Mas...

— Precisa estudar, não é?

— É.

— Eu ajudo.

— Como? Você sabe?

— Não. Vejo os livros — pergunto a papai; você indica outros, tomo notas e depois você as redige. Lê alguns discursos e o resto se arranja.

— Não vá sair a cousa com algumas inconveniências.

— Qual! Passo a limpo e você leva a papai, para ver o que há.

A peça oratória foi assim composta; e, na redação final, Numa ficou muito contente com a habilidade da mu-

lher. Encontrou muitas modificações felizes, muita frase bonita, e cheio de uma intensa alegria, perguntou:

— Você já escreve há muito tempo, Edgarda?

— Não, nunca escrevi. Porque? — respondeu a mulher com algum estremecimento na voz.

— Porque?... Porque tem muita coisa que você escreveu melhor do que eu.

— Pois você pode ficar certo de uma cousa: escrevi o que está no teu rascunho, modificando uma ou outra cousa, naturalmente.

Obtida a aprovação do sogro, Numa estudou o discurso como se fosse um papel de teatro. Não era sem antecedentes o processo; e ele o soube empregar magnificamente, pois a Câmara admirou-o e o seu sucesso foi grande e notado em toda a cidade.

Quando terminou, recebendo abraços, ouvindo aqui e acolá comentários, a sua lembrança ia para a casa paterna, lá no seu Estado longínquo; e agora, passada a emoção da estreia, colecionando parabéns e olhares admirativos, naquela rua que sagra as celebridades nacionais, as recordações lhe voltavam mais vivas e mais cheias de ternura.

Recordou-se bem da casa de seu pai, das suas dificuldades, das suas ânsias e sobressaltos para se prevenir contra os chefes políticos que lhe queriam sempre arrebataram o emprego. Subia um partido, descia outro; os Castriotos reconciliavam-se com os Cíceros; os Cíceros deixavam os Castriotos e iam para os Coimbras; e sempre seu pai tinha que adivinhar essas marchas e contramarchas, essas reconciliações e separações, para manter o seu emprego, sem poder abster-se, obrigado a tomar partido para a sua própria segurança.

Lembrava-se bem da casa, baixa, caiada, meio de telhava, meio forrada, com um largo quintal, tendo, aqui e ali, uma árvore, um cajueiro e os urubus teimosos misturados com as aves domésticas. E agora? Habitava um palácio, no